

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Deyvisson da Silva Lima ¹

Orientadora: Prof. Dra. Rosineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO

A educação inclusiva busca garantir que todas as pessoas tenham acesso à escola, aprendam juntas e se sintam parte do mesmo espaço. Para isso, o papel do professor é essencial. É ele quem planeja, acolhe e adapta suas práticas para atender alunos com diferentes necessidades, ritmos e formas de aprender. No entanto, muitos professores ainda afirmam que não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade.

A formação docente, tanto inicial quanto continuada, precisa ser repensada. Não basta ensinar conteúdos teóricos: é preciso preparar o educador para lidar com as diferenças na prática, com empatia, paciência e sensibilidade. A formação para a educação inclusiva ajuda o professor a entender que todos os alunos são capazes de aprender, desde que encontrem condições adequadas e apoio pedagógico.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Formação docente, Diversidade, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva busca garantir que todas as pessoas tenham acesso à escola, aprendam juntas e se sintam parte do mesmo espaço. Para isso, o papel do professor é essencial. É ele quem planeja, acolhe e adapta suas práticas para atender alunos com diferentes necessidades, ritmos e formas de aprender. No entanto, muitos professores ainda afirmam que não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade.

¹ Mestrando em educação da Christian Business School-CBS, deyvisson@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



A formação docente, tanto inicial quanto continuada, precisa ser repensada. Não basta ensinar conteúdos teóricos: é preciso preparar o educador para lidar com as diferenças na prática, com empatia, paciência e sensibilidade. A formação para a educação inclusiva ajuda o professor a entender que todos os alunos são capazes de aprender, desde que encontrem condições adequadas e apoio pedagógico.

METODOLOGIA

O trabalho é uma pesquisa **qualitativa e bibliográfica**, construída a partir da leitura de livros, artigos e leis sobre a formação de professores e a educação inclusiva. Foram estudados autores como **Paulo Freire (1996)**, **Maria Teresa Mantoan (2003)** e **Cláudia Baptista (2015)**, que discutem a importância da prática reflexiva e do acolhimento das diferenças no ambiente escolar.

Também foram analisadas políticas públicas, como a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)** e as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 2/2001)**, que orientam a escola e os professores sobre como tornar o ensino mais acessível e inclusivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva parte da ideia de que **todos podem aprender**. Para isso, a escola precisa se organizar para acolher as diferenças dos estudantes e garantir oportunidades reais de participação e aprendizagem. Autores como **Mantoan (2003)** explicam que incluir não é só “colocar o aluno na sala”, mas **mudar a forma de ensinar**, tornando as aulas mais flexíveis, com atividades e recursos que atendam diferentes ritmos e jeitos de aprender.

Paulo Freire (1996) lembra que ensinar exige **diálogo, respeito e escuta**. Na prática, isso significa planejar aulas que considerem a história de cada aluno, construir regras de convivência justas e criar situações em que todos possam falar, participar e produzir conhecimento. A formação do professor precisa desenvolver essa postura, unindo teoria e prática.



Para **Baptista (2015)**, a inclusão depende de **condições de trabalho e formação continuada**. O professor precisa aprender, ao longo da carreira, como adaptar atividades, usar materiais acessíveis (como Libras, audiodescrição, textos ampliados) e trabalhar junto com colegas e serviços de apoio da escola.

As **normas brasileiras** reforçam esse caminho. A **Resolução CNE/CEB nº 2/2001** orienta a organização da educação especial na escola comum. Já a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)** garante direitos e fala de **acessibilidade, atendimento educacional especializado e adaptações razoáveis**. Essas regras mostram que a inclusão é **dever da escola e direito do estudante**.

Em resumo, o referencial teórico aponta três bases: (1) **postura ética e dialógica** do professor (Freire), (2) **organização pedagógica flexível** centrada no aluno (Mantoan) e (3) **formação e suporte contínuos** para a prática (Baptista), sempre alinhados às **diretrizes legais** (CNE/CEB nº 2/2001; LBI/2015). Com isso, a escola se torna um lugar **mais justo, participativo e humano**.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise mostrou que o maior desafio para a inclusão é a **falta de preparo dos professores**. Muitos cursos de licenciatura ainda não tratam da inclusão de forma prática, e as formações continuadas são, muitas vezes, pontuais e superficiais. Além disso, o ambiente escolar nem sempre oferece condições adequadas, como materiais acessíveis, intérpretes e recursos de apoio.

Por outro lado, quando os professores têm oportunidade de participar de **formações colaborativas e reflexivas**, os resultados são positivos. Eles passam a compreender melhor seus alunos, criam estratégias mais criativas e constroem aulas em que todos participam. A troca de experiências entre professores também tem se mostrado um caminho importante para fortalecer a prática inclusiva e o sentimento de pertencimento de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores é o ponto de partida para a construção de uma **escola inclusiva e acolhedora**. Formar docentes preparados para lidar com as diferenças significa garantir o direito de todos à educação de qualidade.



A escola precisa investir na formação permanente, na troca de experiências e na valorização do professor. A inclusão não depende apenas de leis, mas do compromisso de cada educador em enxergar as diferenças como riqueza e oportunidade de aprendizado coletivo.

Assim, fortalecer a formação docente é garantir uma educação que respeite as pessoas, valorize a diversidade e promova o desenvolvimento de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)*. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

